

EDITORIAL

Prezados leitores,

Iniciamos o primeiro número de 2012 anunciando as mudanças que estão ocorrendo na Redação da Revista. Seguindo a política de substituição da equipe editorial, estamos substituindo os Editores de Seção e logo teremos também um novo (a) Editor(a) da Revista Organizações Rurais & Agroindustriais. Agradecemos imensamente o Prof. Ricardo Pereira Reis e Prof^a Ana Alice Vilas Boas pelo trabalho dedicado e damos as boas vindas às Professoras Maria de Lourdes Oliveira Souza e Sabrina Soares Silva que irão compor a nova equipe.

Apresentando os artigos desta edição, temos o primeiro intitulado, **A influência da inovação tecnológica na competitividade e nas relações de trabalho em usinas de açúcar e álcool paranaenses**. Para atender ao objetivo de identificar a influência da inovação, realizou-se uma pesquisa com gerentes envolvidos no processo produtivo. Os resultados indicaram que a principal contribuição da inovação tecnológica para a competitividade das usinas é a redução de custos e, conseqüentemente, a maior lucratividade devido ao aumento da produtividade alcançado pelo máximo aproveitamento da matéria-prima. No que tange às relações de trabalho, os principais impactos observados estão na área agrícola e industrial, em que a mecanização da colheita de cana-de-açúcar e a automação dos processos de fabricação de açúcar e álcool, respectivamente, trazem extinções e criações de postos de trabalho, além de realocação de pessoal.

O segundo artigo trata de uma **Análise da composição do capital social em uma estrutura organizacional cooperativa do sul de Minas Gerais**. Objetivou-se analisar a existência e prevalência de capital social em um sítio cafeeiro, no município de Poço Fundo, que produz café orgânico na região do Sul do estado de Minas Gerais. Recorreu-se a uma abordagem de multimétodo. Evidenciou-se que, na realidade observada, há formas de capital social como um recurso coletivo e redes mais densas e fechadas, nas quais a confiança por meio de condutas de cooperação e solidariedade permitiu aos cafeicultores orgânicos dessa região construir uma associação e, posteriormente, uma cooperativa com princípios de gestão participativa dentro da filosofia do *fair trade*. Essa relação restrita entre os produtores garantiu sua marca e garantia no mercado para atuarem em situações de extrema competitividade.

No terceiro artigo, **Exportações de carne suína: performance e possibilidades frente à eliminação de barreiras** foi analisado o panorama e o potencial exportador do setor brasileiro de carne suína frente à suposição de acordos de liberalização comercial entre o País e outras nações. Os resultados, quanto ao potencial importador, indicam que a União Europeia (UE) e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) constituem-se em mercados potenciais e promissores para a carne suína, respectivamente. Os resultados do cálculo das vantagens comparativas revelaram que o Brasil tem competitividade crescente no setor estudado para o período 1990-2005. As barreiras impostas revelaram-se muito elevadas. Enfim, constata-se alto grau de aceitação das exportações brasileiras de carne suína naqueles blocos que não têm barreiras sanitárias impeditivas.

Na seqüência, o artigo intitulado **A importância das organizações de interesse privado no agronegócio: o caso da cadeia produtiva da maçã no Brasil**, enfoca como essas associações atuam com outras estruturas do setor produtivo. A metodologia consistiu, inicialmente, em estudo exploratório para conhecer melhor as características

do setor. Após essa etapa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas nas empresas, cooperativas e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), incluindo a coordenação do Programa. Os participantes destacam a importância das organizações de interesse privado como impulsionador das mudanças, com uma participação nas atividades de capacitação, divulgação dos produtos e principalmente de melhorias da atividade, fazendo *lobby* junto ao Estado. Por parte do Estado, destaca-se que essas associações foram de grande importância para a adoção da PIF no Brasil.

O quinto artigo, **Eficiência econômica da cafeicultura no sul de Minas Gerais: uma abordagem pela análise envoltória de dados**, avaliou a eficiência econômica da alocação dos recursos produtivos da cafeicultura. O estudo baseia-se nos princípios da teoria da produção e do custo e utiliza o modelo de Análise Envoltória de Dados para avaliar a eficiência econômica dos cafeicultores pesquisados. Os coeficientes técnicos referem-se aos anos agrícolas 2006/2007, 2007/2008 e 2008/2009, que foram ajustados para a safra 2008/2009. Em média, os cafeicultores apresentam eficiência econômica de 64,08%. Considerou-se o produtor de café economicamente eficiente aquele em que a medida de eficiência econômica (EE) fosse igual ou maior que 90,0%, e o percentual de cafeicultores que atingiram esse escore mínimo de eficiência foi de 13,4%. Os resultados indicaram uso ineficiente dos recursos produtivos na maioria dos casos, tanto técnica quanto economicamente.

No sexto artigo, **Análise comparada entre o mercado de crédito agrícola no Brasil e nos Estados Unidos** analisou-se, de forma comparativa e qualitativa, as estratégias para financiamento da produção agrícola no Brasil e nos Estados Unidos à luz de teorias que compõem o quadro teórico da Nova Economia Institucional, combinado à literatura contemporânea sobre estratégias. Nos dois países, foi observada uma multiplicidade de arranjos híbridos caracterizados pela interdependência entre os agentes e as incertezas relativas à transação. O estudo evidenciou, ainda, as percepções dos agentes econômicos sobre o funcionamento dos contratos nesses mercados. No Brasil, a percepção de um sistema jurídico fraco para recuperação do crédito, associado a sistemas de informação descentralizados, faz com que os agentes credores se previnam *ex ante* por meio da adoção de salvaguardas contratuais e do uso de mecanismos para a seleção dos tomadores de menor risco. Nos EUA, a funcionalidade dos sistemas judiciais e a existência de sistemas de informação centralizados a que todos os credores têm acesso acarretam um mercado de crédito desenvolvido em que os contratos são cumpridos e as estratégias dos credores focalizam aspectos mercadológicos, ampliando a competição entre os agentes financiadores.

Na sequência, no artigo, **Caracterização da atividade avícola no município de Boa Vista do Sul (RS)**, objetivou-se caracterizar a atividade avícola no maior município produtor de frangos de corte do Rio Grande do Sul que contribui de forma significativa para as exportações da Serra Gaúcha e do Estado. A metodologia de pesquisa inclui a aplicação de questionário para coleta de dados, visitas às propriedades rurais, entrevistas com os avicultores e com pessoas da comunidade e coleta de dados em fontes secundárias. Os resultados indicaram que a maioria dos avicultores é de pequeno e médio porte, constituindo-se em unidades familiares onde residem e trabalham e cuja atividade é relevante para o desenvolvimento econômico do município, contribuindo para elevar o nível de empregabilidade e de renda *per capita*.

Com o oitavo artigo, **A potencialidade dos créditos de carbono na geração de lucro econômico sustentável da atividade de reflorestamento** objetivou-se analisar as possíveis transações econômicas decorrentes das atividades de reflorestamento e como os mecanismos dos créditos de carbono e crédito de reposição podem representar

incentivos econômicos ao processo de criação de atividades sustentáveis ao setor de reflorestamento. A metodologia utilizada para análise foi o estudo de caso, em uma empresa vinculada ao agronegócio, situada no estado do Mato Grosso do Sul. De acordo com os resultados apurados na pesquisa, verificou-se que as atividades de reflorestamento apresentam um portfólio diversificado à destinação da madeira (lenha, celulose, toretes, carvão e madeira tratada), que podem propiciar retornos significativos aos produtores/investidores, comparativamente às alternativas do mercado financeiro e com outras oportunidades de negócios.

O nono artigo, **O Processo de Logística Reversa de Embalagens de Agrotóxicos: um estudo de caso sobre o inpEV** identificou os processos existentes nas operações de Logística Reversa (LR) de embalagens de agrotóxicos utilizadas, gerenciadas pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV. Empregou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre LR e o estudo de caso do referido instituto. Observou-se que o inpEV possui uma administração eficiente na LR, contribuindo para a redução do impacto ambiental provocado pelo descarte incorreto de embalagens de agrotóxicos. Constatou-se que todos os elos da cadeia produtiva de agrotóxicos são legalmente responsáveis pela LR das embalagens: o agricultor tem o dever de retornar as embalagens à unidade de recebimento (URE), ou ao ponto de devolução, indicado na nota fiscal de venda; o comerciante arca com os custos de construção e administração das URE, os quais são compartilhados com as empresas fabricantes; essas são responsáveis pela destinação final das embalagens e o Governo, por sua vez, é responsável pela fiscalização de todo o processo. Os resultados obtidos na pesquisa apontam para a necessidade de maior conscientização dos envolvidos, por meio de educação ambiental, assegurando a viabilidade e a eficiência da LR dessas embalagens, protegendo o ser humano e o meio ambiente.

Finalizando este número, tem-se o décimo artigo, **Uma análise da transmissão de preços da carne suína em mercados selecionados no Brasil no período de 2000 a 2009** analisando as relações de transmissão de preços da carne suína entre os mercados de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, e ainda avaliando o relacionamento dos preços dessas regiões com o preço da carne suína no mercado internacional. Para isso, foram utilizadas as séries de preços da carne ao atacado e utilizado o modelo de séries temporais Vector Autoregression (VAR). Constatou-se que os preços catarinenses tiveram maior impacto sobre a dinâmica das séries de preços mineira e paulista, tendo o preço catarinense e no mercado internacional apresentado maior exogeneidade. Verificou-se também que os choques de preços, embora desestabilizem o mercado, possuem efeitos que tendem a se dissipar em um ou dois anos, sugerindo que a incidência de inovações requer um tempo para que o mercado e os preços se ajustem.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Cristina Lelis Leal Calegario

Editora Chefe